

Muros, entre as abelhas e os ursos. Alguns comentários, reflexões e outros contributos

de

Alexandra Lima
António Nabais
Helena Paula Vicente
Jorge de Oliveira
Jorge Paiva
Maria Ramalho
Maria de Jesus Sanches
Paulo Ramalho
Teresa Soeiro

Alexandra Lima, António Nabais, Helena Vicente, Jorge de Oliveira, Jorge Paiva, Maria Ramalho, Maria de Jesus Sanches, Paulo Ramalho e Teresa Soeiro

Os muros apiários e o olhar da arqueologia sobre a paisagem

Alexandra Cerveira Pinto Lima

Arqueóloga. DGAC-N/PNDI, Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade.

acerveiraplima@sapo.pt

1. O Colóquio *Muros Apiários. Um Património Comum no Sudoeste Europeu* inaugurou o auditório do Museu do Côa enquanto espaço vocacionado para a realização de iniciativas culturais, desde logo encontros, congressos e debates de natureza científica, dedicados a especialistas ou, sob uma forma mais generalista e de feição mais divulgativa, abertos ao grande público.

Da conjugação entre o dinamismo da Associação de Estudos do Alto Tejo, que há uma década estuda este tema, a abertura recente deste equipamento privilegiado em Vila Nova de Foz Côa, que alberga a sede do Parque Arqueológico do Vale do Côa e o Museu do Côa, e o apoio da autarquia local, resultou este colóquio, que teve lugar nos dias 25 e 26 de Setembro, sobre uma temática que tem aliás merecido a atenção de especialistas de diversas formações.

Foi esta realização e este o tema escolhido para que as referidas entidades assinalassem as Jornadas Europeias do Património em 2010, sob o tema "património: um mapa da história", tema que pretendia sublinhar a estreita ligação entre os sítios patrimoniais e os acontecimentos passados que lhes estão associados.

Entre os participantes, para além dos investigadores desta temática e comunicantes, cruzavamse técnicos de entidades sob tutela do Ministério da Agricultura, silvicultores e membros de diversas associações locais. Estes participantes animaram as sessões no novo auditório do Museu do Côa, a partir do qual se domina, através de amplos vãos, os vales dos rios Côa e Douro, enquadrados pelas cumeadas próximas. Fazendo parte do programa do colóquio, os

Alexandra Lima, António Nabais, Helena Vicente, Jorge de Oliveira, Jorge Paiva, Maria Ramalho, Maria de Jesus Sanches, Paulo Ramalho e Teresa Soeiro

participantes deslocaram-se ao território, em visita a diversos muros apiários do concelho de Vila Nova de Foz Côa, estruturas que foram já objecto de estudo. De facto, elementos do Parque Arqueológico do Vale do Côa colaboraram desde o início com este projecto de levantamento e estudo de muros apiários¹, e definiram, no âmbito destas Jornadas Europeias do Património, visitas a alguns muros concelhios, tendo para o efeito obtido o aval de proprietários, pelo que aproveitamos este ensejo para registar o agradecimento da organização e participantes².



Muro apiário de Vale de Janas (foto de Mário Reis)

2. Respondendo à solicitação dos coordenadores da revista AÇAFA On-line, que dedica este ano, o seu número 3, ao tema muros apiários, e tendo-me sido pedido um comentário livre, em conteúdo e dimensão, deixarei uma muito breve reflexão que, a pretexto das estruturas pétreas que dão o mote à publicação, se estende à paisagem do Vale do Côa.

Nos que hoje são comummente chamados territórios de baixa densidade, a menor pressão humana e urbanística dos últimos séculos resultou em amplas extensões de paisagem rural, que

¹ Cf neste número da Revista o trabalho de Dalila Correia sobre os Muros Apiários do Vale do Côa. Aproveito para agradecer, a Dalila Correia e a Mário Reis, a cedência das duas imagens que acompanham este breve texto.

² No momento do Colóquio, enquanto responsável pela Direcção do Parque e Museu do Côa, tive oportunidade de agradecer em nome da instituição.

Alexandra Lima, António Nabais, Helena Vicente, Jorge de Oliveira, Jorge Paiva, Maria Ramalho, Maria de Jesus Sanches, Paulo Ramalho e Teresa Soeiro

poderemos designar *tradicional*. Arrancando depois do ano 1000, a ocupação humana foi organizando uma malha de povoamento que sofreu, ao longo dos séculos, avanços e recuos, ajustamentos e processos de complexificação e, mais recentemente, de despovoamento, rede de povoamento assente no binómio comunidade paroquial e concelhia, e na sua relação com o poder central. Nas franjas mais periféricas, fronteiriças, de mais difícil exploração, os mosteiros tiveram habitualmente um papel de relevo na ocupação e domesticação do espaço. Esta malha de povoamento corresponde, nestas áreas com amplas extensões de solos pouco férteis, a uma disposição no espaço dos elementos construídos que releva de um aproveitamento essencialmente agro-silvo-pastoril. É nestes contextos que os muros apiários ganham especial destaque e somos chamados a evocar duas ordens de razões: por um lado, a importância da apicultura, por outro lado, o carácter extensivo da agricultura a que esta exploração se associa, de par com o despovoamento dos últimos decénios. Daqui resulta a construção de um número considerável destas estruturas e a sua permanência e visibilidade na paisagem. Pelo seu carácter por vezes elaborado, pelas suas dimensões e geometrismo, marcam, de par com os pombais, a paisagem do baixo Côa.

3. No contexto de estudos de impacto ambiental, alguns arqueólogos dedicaram atenção a estes cercados pétreos, do mesmo modo que despertaram o interesse de quem habitualmente trabalhava nestes territórios de baixa densidade. Pretendo chamar a atenção destes estudos como um dos olhares pioneiros da arqueologia sobre a paisagem rural tradicional, e como um dos caminhos que conduziram ao que veio a ser o olhar da arqueologia sobre a paisagem. A paisagem, tantas vezes designada paisagem cultural, pelo que contém em si de materialização da cultura humana, enquanto resultado da história da ocupação de um dado território, é, por isso mesmo, campo por excelência para a investigação arqueológica e fonte de conhecimento. No momento preciso em que escrevo estas breves linhas, estão em curso no país trabalhos de minimização de grandes impactos, nos quais o olhar mais atento de investigadores se cruzou com uma abertura e cuidado das entidades públicas que tutelam a arqueologia, conduzindo a que a paisagem seja encarada como fonte de conhecimento, e a sociedade tradicional tenha sido finalmente ganha para a investigação arqueológica reconhecida pelo Estado. O salto determinante, diria que epistemológico, que transporta estruturas como os muros apiários, de ocorrências etnográficas isoladas, para elementos integrantes de um sistema complexo de

Alexandra Lima, António Nabais, Helena Vicente, Jorge de Oliveira, Jorge Paiva, Maria Ramalho, Maria de Jesus Sanches, Paulo Ramalho e Teresa Soeiro

povoamento que, durante quase um milénio, usou e estruturou o território e compôs a paisagem, podemos colocá-lo também como tendo uma raiz importante no interesse que os muros apiários despertaram. A avaliação patrimonial destes cercados passa também a ganhar coerência a partir do momento em que são entendidos como unidades discretas recortáveis num contexto histórico determinado, sendo avaliados pela sua dimensão enquanto fonte arqueológica e testemunho histórico, e não como elemento etnográfico tomado de empréstimo a uma disciplina vizinha para efeitos de avaliação do impacte ambiental.



Muro apiário da Quinta da Leda (foto de Dalila Correia)

4. Um outro passo que se prenuncia, mas não está ainda concretizado, é a assunção pela arqueologia — significando aqui assunção pelas entidades que a tutelam, neste momento o IGESPAR e Direcções Regionais de Cultura — do chamado descritor "paisagem" dos estudos de impacte ambiental. Tendo passado por destinos desiguais, raramente tem sido considerado do lado da tutela do património arqueológico e arquitectónico (e, em estudos mais antigos, como no caso do estudo que precedeu a construção do IP2, não era mesmo considerado, e a tutela da arqueologia também não o chamava para a sua alçada). Pelas informações que entretanto obtivemos, esse descritor está, pelo menos nalguns casos, a ser hoje considerado por

Alexandra Lima, António Nabais, Helena Vicente, Jorge de Oliveira, Jorge Paiva, Maria Ramalho, Maria de Jesus Sanches, Paulo Ramalho e Teresa Soeiro

arquitectos paisagistas, o que é um importante passo. Passo que não obsta a que a arqueologia se debruce também sobre ele e assuma esta componente como sua área de estudo, de intervenção e de avaliação. Esta assunção pela arqueologia não corresponde a uma perspectiva necessariamente conservacionista, corresponde antes ao assumir de um amplo campo de investigação. Mas deve naturalmente ser conservacionista, sempre que a realidade ou o contexto o aconselhem. Se a conservação da natureza é entendida, e diria que hoje naturalmente, como uma importante dimensão social, e existe, na Administração Púbica, um organismo que a tutela, por uma ordem semelhante de razões a conservação do património cultural e, no caso, do património arqueológico, deve ser entendida como um bem social de sentido positivo que importa tutelar.

Voltando aos muros apiários e aos territórios de baixa densidade... O seu sentido de fonte histórica, pela informação que carreiam desde que integrados num contexto, que carece de identificação e interpretação, alia-se ao seu valor patrimonial, que nalguns casos pode ser assinalável. Por outro lado, ao condicionarem os usos actuais dos solos, ao ditar o afastamento de outras construções, ou apelar a novas explorações e a uma nova apicultura, ou ao ajudar a requalificar espaços, que ganham sentido histórico e equilíbrio paisagístico, os muros apiários são elementos arquitectónicos de feição vernácula que contribuem activamente para a composição do carácter distintivo da paisagem do Vale do Côa.

Alexandra Lima, António Nabais, Helena Vicente, Jorge de Oliveira, Jorge Paiva, Maria Ramalho, Maria de Jesus Sanches, Paulo Ramalho e Teresa Soeiro

Muros apiários – preservação do património cultural

António Maia Nabais

Museólogo e historiador. antoniomaianabais@gmail.com

O Colóquio intitulado Muros-Apiários: Um Património Comum no Sudoeste Europeu realizado nos dias 25 e 26 de Setembro de 2010 em Vila Nova de Foz Côa, promovido pela Associação de Estudos do Alto Tejo, abordou um tema do património cultural que está esquecido ou é, mesmo, ignorado pela maior parte dos cidadãos e das entidades responsáveis pela preservação e divulgação dos bens culturais. Estamos perante monumentos consagrados à apicultura, exemplares da arquitectura rural com um papel didáctico muito importante para uma compreensão da paisagem rural e do percurso do mel. O mundo urbano e o das novas tecnologias vai trazendo apagões ao espaço rural e a toda uma cultura que promoveu o desenvolvimento dos povos ao longo de séculos. As novas tecnologias não são incompatíveis com os saberes tradicionais; pelo contrário, permitem um casamento perfeito entre conhecimentos de vários momentos e de diferentes locais que, utilizados em sintonia, garantem o desenvolvimento e a qualidade de vida à sociedade contemporânea, sem perder os testemunhos históricos, que são sinais de progresso quando utilizados, hoje, com novas funções, mas sem distorcer a verdade do monumento³. Neste contexto, os muros apiários são mais um testemunho do saber do homem orientado para a defesa da produção de mel, através da protecção dos seus produtores – abelhas - deste excelente bem alimentar.

Preservar o património cultural é salvar a riqueza, isto é, a herança, que faz aumentar os saberes e os bens de uma comunidade local/global. Vale a pena recordar as palavras do Professor Vitorino Magalhães Godinho sobre este assunto: "A cultura é criação – é a actividade

³ Hoje encontramos intervenções arquitectónicas em edifícios históricos (rurais e urbanos) que provam a ignorância e incompetência dos responsáveis pela execução ou acompanhamento dos projectos. Ignoram os construtores ou técnicas utilizadas; não ouvem os utilizadores nem seguem o saber fazer, as técnicas e os materiais associados a essas construções.

Alexandra Lima, António Nabais, Helena Vicente, Jorge de Oliveira, Jorge Paiva, Maria Ramalho, Maria de Jesus Sanches, Paulo Ramalho e Teresa Soeiro

fabricante dos homens em cada momento – na fabricação de instrumentos, utensílios, ideias, relações, estruturas. Daí, que acima de tudo se nos apresente uma noção importante, decisiva: a de obra cultural. Isto é, o que a mão e o cérebro do homem em cada momento foram capazes de conceber, de realizar, e de nos deixar. Essas obras vão desde a paisagem – o campo de milho, a vinha, o pinhal – aos monumentos – ao pelouro, ao fontanário, à capela, ao lavadouro público, ao solar, ao castelo, à igreja, ao arsenal ou aos armazéns – aos textos manuscritos ou impressos, às telas e estátuas, às moedas, ao arado, à enxada, à bilha para a água, a toda e qualquer forma que revestiu a acção do homem – dos homens – ou em que ela se objectivou"⁴, e acrescentamos 'hic et nunc', também nos muros-apiários, depois da leitura das Actas do Colóquio que a Associação de Estudos do Alto Tejo, em parceria com o Parque Arqueológico do Vale do Côa e a Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, sob a égide das Jornadas Europeias do Património, organizou, nos passados dias 25 e 26 de Setembro de 2010, em Vila Nova de Foz Côa: um Colóquio de carácter internacional, devido às comunicações apresentadas por especialistas de Portugal, Espanha e França.

Ao perguntar a várias pessoas de níveis escolares e idades diferentes sobre o que é um apiário ou um muro apiário, verificamos que desconhecem a existência desse património; apenas homens do campo o sabem associar às abelhas⁵. Perante esta realidade, urge divulgar este tipo de património cultural, que foi apresentado no Colóquio com uma identificação rigorosa das diferentes tipologias de muros apiários, e tomar medidas para garantir a sua preservação, tendo como objectivo criar mais pólos de interesse didáctico e turístico no território nacional.

Alexandre Herculano, mestre do património cultural, em 1838 na revista "O Panorama", com a sua visão atenta à construção do futuro do país, alerta os seus contemporâneos com palavras que se mantêm ainda hoje actuais: "Mas que pode esperar aquele que, nessa longa e ampla estrada do tempo, por onde o género humano corre desordenado, quiser vir, do lado do futuro e em nome do futuro, dizer à geração a que pertence — 'Parai lá'?" Ainda hoje continuamos a desperdiçar uma herança que recebemos dos nossos antepassados, embora se fale, escreva e discurse sobre o 'turismo cultural', como já, na primeira metade do século XIX, Alexandre

⁴ Godinho, V. Magalhães. (1975). Arquivos, Bibliotecas e Museus entre a anti-cultura e a cultura, in "A Educação num Portugal em Mudança". Lisboa: Edição Cosmos, p 153.

⁵ Há uns anos, quando existia o "Almanaque das Aldeias" no capítulo referente ao calendário agrícola, trazia sempre informações sobre o apiário.

Alexandra Lima, António Nabais, Helena Vicente, Jorge de Oliveira, Jorge Paiva, Maria Ramalho, Maria de Jesus Sanches, Paulo Ramalho e Teresa Soeiro

Herculano tinha alertado para essa riqueza turística existente em Portugal através das seguintes palavras: "Quando a arte ou os factos históricos se tornam recomendáveis convertem-se em capital produtivo. Calculai quantos viajantes terão atravessado Portugal neste século. Decerto que não vieram cá para correrem nas nossas cómodas diligências pelas nossas belas estradas, ou navegarem nos nossos rápidos vapores pelos nossos amplos canais; decerto que não vieram para aprenderem a agricultar com os nossos agricultores, nem a fabricar com os nossos fabricantes; mas para admirarem os mosteiros da Batalha, de Alcobaça e de Belém, a Sé Velha de Coimbra, a catedral, a Igreja de S. Francisco e o templo romano de Évora, a matriz de Caminha e a colegiada de Guimarães, os castelos da Feira e de Almoroul, e, enfim, tantas obras-primas de arquitectura que encerra este cantinho do mundo. Credes que esses romeiros de arte voltam da romagem aos seus lares sem despender muito ouro, e esqueceis que esse ouro ficou por mãos portuguesas? E falais da economia política, e aniquilais o capital dos monumentos? Adoradores do camartelo, por qualquer lado que se observe a vossa obra, não se descobre senão o absurdo."6

Assiste-se, hoje, apesar dos conhecimentos e saberes acumulados durante séculos, à queda, pedra a pedra, dos nossos monumentos, e ao desprezo dos saberes fazer tradicionais e das técnicas tradicionais que são fundamentais para o estudo e preservação do património cultural.

A maior parte dos portugueses não conhece o percurso dos produtos de alimentação que chegam às suas mesas. O mel também tem um percurso ao qual estão associados os muros apiários. A preservação deste património cultural tem, antes de mais, um objectivo educativo.

O primeiro trabalho para a preservação dos muros apiários, como se pode concluir através das Actas do Colóquio, foi iniciado com a congregação de diferentes saberes, entre as ciências sociais e as ciências naturais, como a Arqueologia, a História documental e a Paleobiologia. Agora, é necessário desenvolver novas fases com intervenções das mesmas ciências e de outras áreas disciplinares como a Museologia e o Turismo que garantam a conservação e a comunicação perante um público que procura a educação e a fruição através do património cultural.

⁶ Herculano, Alexandre. (1838). Monumentos, in "O Panorama", Vol. II. Lisboa: Tipografia da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, p. 277.

Alexandra Lima, António Nabais, Helena Vicente, Jorge de Oliveira, Jorge Paiva, Maria Ramalho, Maria de Jesus Sanches, Paulo Ramalho e Teresa Soeiro

De facto, este Colóquio ofereceu um conjunto de dados importantes para a preservação e valorização de monumentos da arquitectura rural, esquecidos e ignorados pelo grande público. Este tipo de estudos que deveria ser obrigatório antes de qualquer intervenção em edificações históricas para evitar os assassinatos arquitectónicos que vão sendo norma em quase todo o país, tanto nos centros urbanos como nos espaços rurais, e para que "não se executasse mais uma edificação híbrida, como tantas que por aí vemos sem carácter algum e que têm desacreditado a arquitectura civil em Portugal", como já em 1873, o arq.to Joaquim Possidónio Narciso da Silva se referia a propósito do que se passava na cidade de Lisboa⁷.

Ao mesmo tempo, assiste-se ao desaparecimento acelerado dos fornos de cal, dos lagares de azeite, dos moinhos de água e de vento, dos fornos de pão comunitários, das olarias, de outras actividades artesanais... e ao abandono dos grandes monumentos edificados, como os castelos e casa senhoriais, sem lhes dar qualquer nova função que os preserve. A paisagem do nosso património construído na qual se integram os muros apiários está abandonada. Estes testemunhos acabam; são varridos da paisagem pela incúria e desprezo a que estão votados os nossos valores culturais. Urge promover acções de sensibilização e de formação da opinião pública. Em Portugal não falta o voluntariado, individual ou associativo, para participar na defesa dos valores culturais; existe, porém, uma formação precária sobre as questões do património cultural, sobretudo, entre os profissionais dos organismos com responsabilidade nesta matéria. As intervenções arquitectónicas sem rigor científico aparecem publicamente e por vezes destacadas nos órgãos da comunicação social⁸, conduzindo à promoção destes maus exemplos em desfavor das boas práticas.

Enquanto houver um divórcio entre o património cultural e o turismo, existir falta de profissionalismo nestas áreas disciplinares, e se der continuidade aos itinerários turísticos tradicionais, sem a criação de novas alternativas, será difícil encontrar uma via segura para garantir a preservação da riqueza e da variedade do património cultural português.

⁷ Silva, Joaquim Possidónio Narciso da. (1873). Elogio Histórico do Arquitecto Civil José da Costa Sequeira. Lisboa: Lallemant, Frères Imoprimeurs, p. 9.

⁸ Veja-se o semanário "Expresso", edição n.º 1989, 11.12.2010, no suplemento "Espaços & Casas" que apresentam um mau exemplo de recuperação de um edifício ao divulgarem a reabilitação de uma fábrica para a habitação, destruindo o reboco das paredes para deixar a pedra à vista, não talhada para esse fim. Os antigos construtores sabiam distinguir uma parede com pedra à vista e da construída com reboco, mas os projectistas de hoje não.

Alexandra Lima, António Nabais, Helena Vicente, Jorge de Oliveira, Jorge Paiva, Maria Ramalho, Maria de Jesus Sanches, Paulo Ramalho e Teresa Soeiro

Pela importância económica que tiveram no passado, pelo seu estado de conservação, implantação, beleza, monumentalidade e pelo seu interesse didáctico e turístico considera-se do maior interesse continuar o inventário sistemático dos muros apiários e, ao mesmo tempo, a sua divulgação dado que o tema, inexplicavelmente, é quase desconhecido na comunidade científica e técnica, nomeadamente nos domínios do património cultural e do turismo.

Alexandra Lima, António Nabais, Helena Vicente, Jorge de Oliveira, Jorge Paiva, Maria Ramalho, Maria de Jesus Sanches, Paulo Ramalho e Teresa Soeiro

Os muros apiários e a produção de mel

Helena Paula Vicente

Engenheira Florestal, Autoridade Florestal Nacional. hpvicente@afn.min-agricultura.pt

A preservação destas estruturas é por motivos diversos de importância incontestada como se denotam pelos estudos realizados sobre o assunto. A apicultura foi e é uma das actividades contributivas para o desenvolvimento económico e social do tecido rural, para além dos contributos associados à manutenção e preservação dos ecossistemas e da sua biodiversidade.

De salientar o facto de estas estruturas revelarem a existência de um conhecimento ancestral para a prática da actividade apícola. Os muros apiários constituíam unidades autónomas de produção e eram construídos tendo em conta as melhores condições para a apicultura:

- os locais onde usualmente se encontraram estas estruturas caracterizam-se por se situarem a meia encosta, nem nas linhas de cumeada nem nos fundos de vales estreitos com perfil em V. Se instalados nas linhas de cumeada encontravam-se mais susceptíveis a condições climáticas adversas e provavelmente, com acessibilidade dificultada. Se instalados no fundo de vales encaixados e estreitos, também os microclimas nesses locais, com um número de horas de luz mais reduzido, maiores teores de humidade, entre outros factores, são desfavoráveis ao bom desenvolvimento das colónias e à sanidade apícola;
- a exposição preferencial de sudeste e sul para maior insolação e permitir às abelhas,
 dispor de mais horas de luz para o seu "pastoreio";

Alexandra Lima, António Nabais, Helena Vicente, Jorge de Oliveira, Jorge Paiva, Maria Ramalho, Maria de Jesus Sanches, Paulo Ramalho e Teresa Soeiro

- os muros para além de delimitarem a área "pertencente" ao apicultor, constituíam protecção das colónias de abelhas contra animais predadores (excepção para as aves como os abelharucos) e aos ventos;
- a escolha dos locais tinha sempre em atenção aspectos fundamentais ao desenvolvimento das colónias de abelhas proporcionando de igual modo as melhores condições para a produção dos principais produtos de então – o mel e a cera, ou seja, disponibilidade de água limpa e corrente, vegetação de composição florística variada para a colecta de néctar e pólen;
- o assentamento das colmeias em lajes ou outros materiais de modo a evitar o contacto directo com o solo, permitindo também melhor acesso das abelhas para entrar e saírem das colmeias;
- a existência de pequenas construções, semelhantes a casas e com acesso a agua, destinadas:
 - o à extracção dos produtos da colmeia, o mel e a cera:
 - à preparação de novas colmeias, ou reparação de outras;
 - o ao armazenamento de material e equipamento de apoio à actividade e ao apicultor.







Colmeia fixa - cortiço

Alexandra Lima, António Nabais, Helena Vicente, Jorge de Oliveira, Jorge Paiva, Maria Ramalho, Maria de Jesus Sanches, Paulo Ramalho e Teresa Soeiro

As colmeias utilizadas, aquando do funcionamento dos muros apiários, independentemente do material usado, eram do tipo - colmeia fixa, cujo exemplo mais conhecido é o cortiço, por usar a cortiça na sua construção.

Estas colmeias fixas, se por um lado não permitiam a obtenção de grandes quantidades de mel, comparadas com as obteníveis pelas colmeias do tipo móveis (as mais usadas actualmente), por outro lado as propriedades nutricionais e terapêuticas desses méis eram potenciadas por uma maior presença de outros produtos da colmeia como o pólen e geleia real. Estes produtos estavam presentes porque nas colmeias fixas não é possível a separação total entre a zona de criação de novas abelhas da zona de reservas, pólen e mel, o que se traduz também na alteração de algumas das propriedades organoléticas dos méis extraídos de colmeias fixas dos extraídos de colmeias móveis, como é o caso da cor, em particular nos méis claros e muito claros, provenientes do néctar do rosmaninho (*Lavandula stoechas*), alecrim (*Rosmarinus officinalis*) ou soagem(*Echium plantagineum*), entre outros.







Pólen no favo



Pólen para consumo humano

De notar que actualmente é de todo impensável retomar a prática da apicultura com recurso às colmeias fixas quer:

 pelo potencial produtivo mais restrito, tanto no relativo à diversidade de produtos, como à produtividade dos apiários;

Alexandra Lima, António Nabais, Helena Vicente, Jorge de Oliveira, Jorge Paiva, Maria Ramalho, Maria de Jesus Sanches, Paulo Ramalho e Teresa Soeiro

 e principalmente, pela maior dificuldade de controlo e tratamento das colónias, aumentando assim, o risco de constituírem focos de infecção e contaminação a todo o apiário e apiários circundantes.

A recuperação destes muros apiários, para a produção de mel e outros produtos da colmeia como o pólen a geleia real e o própolis, afigura-se poder traduzir-se num contributo ao desenvolvimento a nível local e regional através promoção de várias vertentes associadas ao turismo e à cultura: circuitos temáticos, exposições, actividades ao ar livre e em sala, colóquios, gastronomia com recurso aos produtos tradicionais região, mostra de técnicas e artes de confecção; práticas e costumes locais.



Mel de rosmaninho de colmeia fixa



Mel de rosmaninho de colmeia móvel

Alexandra Lima, António Nabais, Helena Vicente, Jorge de Oliveira, Jorge Paiva, Maria Ramalho, Maria de Jesus Sanches, Paulo Ramalho e Teresa Soeiro

A Abelha, o Urso e o Homem, uma relação milenar

Jorge de Oliveira

Professor de Arqueologia, CHAIA, Universidade de Évora. joli@uevora.pt

Haverá que reconhecer que, praticamente, só a partir dos finais do século XIX é que a utilização do açúcar se democratizou nos países europeus. Embora conhecido na Europa desde, pelo menos o séc. V a.C. o açúcar era um produto escasso, muito caro e, por isso, de uso limitado. Utilizado principalmente como medicamento era comercializado nas boticas e consumido em doses diminutas, unicamente pelos grupos sociais mais favorecidos. Mesmo quando D. Henrique manda cultivar a cana do açúcar na ilha da Madeira, ou em naus chega do Brasil, ou da África, continua a ser um bem demasiado precioso e caro para que toda a gente a ele tivesse acesso. Assim, a necessidade do doce foi saciada na Europa até aos alvores do século XX pela utilização quase exclusiva e contínua do mel.

Não se pense, contudo, que mel pululava em qualquer venda, ou que a sua transacção era livre. Sobre o mel recaíram múltiplas taxas e impostos e o seu transporte, por exemplo no território português, era condicionado por normas rígidas. Se o produto final continuava a ser um bem ainda caro e escasso isso resultava, também e obviamente de uma produção complexa, morosa e dependente de múltiplos riscos. O seu valor começava logo pela proibição de qualquer um poder apanhar um enxame livremente. Conforme as regiões, assim era definida a propriedade do novo enxame. Posturas municipais e até forais à propriedade dos enxames se referem, bem como aos locais onde os podiam instalar. Nos inventários de bens de conventos e mosteiros com frequência se encontram referências à propriedade de colmeais, ou ao seu aforamento. Produzir mel era, assim, uma actividade controlada e sobretudo um privilégio dos senhores da terra. O seu sempre elevado valor dependia também, e muito, das condições climatéricas, associadas às doenças que ciclicamente dizimavam os enxames, aos incêndios descontrolados que afectavam

Alexandra Lima, António Nabais, Helena Vicente, Jorge de Oliveira, Jorge Paiva, Maria Ramalho, Maria de Jesus Sanches, Paulo Ramalho e Teresa Soeiro

a flora da região, aos roubos, às guerras mas, sobretudo, aos animais que, tal como o homem, apreciavam o alto valor energético que o mel confere, ou que das abelhas se alimentavam. De entre os animais que mais danos causavam às colmeias destacam-se, sem dúvida, os ursos.

Cedo o homem compreendeu que no longo processo de domesticação da abelha, onde o conceito de amansamento também parece ter estado presente, tornava-se obrigatório proteger estruturalmente os colmeais. Basta analisarmos sumariamente os sistemas estruturais de protecção de colmeias que sobreviveram até aos nossos dias para rapidamente percebermos a elevada importância económica que a produção de mel teve ao longo da história. Não estarei longe de errar se afirmar que a seguir às cercas protectoras dos espaços urbanos e conventuais são os agora denominados muros-apiários aqueles que maior imponência apresentam de entre todas as construções arquitectónicas sem cobertura, implicando um fortíssimo investimento de trabalho. Mas na construção dos muros-apiários o homem não se limitou apenas a erguer fortes e altas paredes que limitassem o acesso aos predadores e aos fogos. A construção destas cercas é fruto de longa aprendizagem onde a exposição solar, os ventos predominantes, a proximidade de linhas de água de curso permanente, a pendente do terreno, as características da flora local e, eventualmente, outros saberes que por hora nos escapam parecem ter determinado a selecção do local de construção. Mas estes saberes cruzavam, ainda, o conhecimento da pendente do terreno com a altura máxima dos muros e a disposição das bases das colmeias. Quem hoje se debruça sobre estas fabulosas construções não pode deixar de se pasmar com a multiplicidade de saberes que encerram e que só podem resultar de milénios de experiência acumulada. Esses milénios de convivência entre homens e abelhas que se testemunham desde uma longínqua fase da mera recolecção do mel, representada na arte rupestre, até à selecção, entenda-se amansamento das abelhas, e terminando na sua domesticação, parece ter conferido proveitos recíprocos, em que a protecção que os muros lhe conferem foi retribuída com a tolerância com que ela aceita que o homem lhe explore o seu mel e cera. Poucos casos haverá de processos tão singulares de domesticação onde o animal mantém toda sua liberdade permitindo, contudo, que o domesticador se aproveite de parte dos seus excedentes, pedindo apenas estruturas de protecção, sejam elas simples colmeias, ou portentosas muralhas de pedra. Provavelmente do sucesso desta exemplar domesticação resulta a qualidade inalterada de um produto inigualável que ao longo dos milénios tem

Alexandra Lima, António Nabais, Helena Vicente, Jorge de Oliveira, Jorge Paiva, Maria Ramalho, Maria de Jesus Sanches, Paulo Ramalho e Teresa Soeiro

conseguido sobreviver e que nem a industrial produção de açúcares, nas suas mais variadas formas, consegue suplantar, o mel.



Muro-apiário junto ao abrigo com pinturas rupestres pré-históricas, denominado Pinho Monteiro (Esperança, Arronches)



Outra vista do mesmo muro-apiário

Alexandra Lima, António Nabais, Helena Vicente, Jorge de Oliveira, Jorge Paiva, Maria Ramalho, Maria de Jesus Sanches, Paulo Ramalho e Teresa Soeiro

Mas se esta domesticação milenar teve sucesso, em muito se deve aos denominados murosapiários que ao longo de milénios de história foram construídos, reabilitados ou ampliados. Eles encerram em si longos saberes de experiência feitos e revelam, sobretudo, a forte disputa que o homem travou com o seu mais forte concorrente ao produto das abelhas, o urso. Provavelmente se esta disputa milenar não tivesse existido o processo de domesticação da abelha não teria tido o sucesso que lhe conhecemos.

Na Corografia Portuguesa, iniciada a escrever já nos finais do século XVII e publicada já no século seguinte, o seu autor, Carvalho Costa, ao descrever a vila de Murça refere-se, obviamente, à vulgarmente conhecida "porca" que se erque na praça principal. Diz-nos o erudito padre que esta estátua representa uma ursa de cuja fonética terá emergido o topónimo "Murça". A justificação para esta estátua da Idade do Ferro é-nos relatada pelo padre Costa da seguinte forma: na sequência de episódios bélicos ocorridos entre os Mouros e D. Afonso, primeiro rei de Castela, conseguiu este monarca reconquistar a vila e a repovoou sob a tutela dos descendentes dos seus antigos donatários, no ano de 757. Por essa altura encontrava-se o termo da vila de Murça infestada de "ussos, que destruião as colmeas, e fizerão delle montaria, & os matarão, em cujo reconhecimento os moradores, além dos foros de pão, vinho & dinheiro atrás referidos, lhe pagão [aos donatários] os três arráteis de cera em satisfação do benefício recebido". Em memória do extermínio dos ursos terá a população esculpido a referida estátua que representa a mais feroz ursa que nesse tempo por aí atacava as "colmeas". Com o passar dos anos terá sido confundida com uma porca, embora ainda há poucos anos se registasse a centenária tradição de verter cera junto à estátua, em memória da luta feroz que levou à extinção dos ursos por aquelas paragens. Esta associação directa entre ursos e colmeias aparece, desta forma, também registada na tradição popular portuguesa.

Na nossa toponímia, especialmente na constante da cartografia militar portuguesa, encontramos um conjunto assinalável de referências que de uma forma directa, ou indirecta nos podem remeter para a produção de mel. Os topónimos iniciados por Colmeia, Colmeias ou Colmeais encontram-se referidos em 68 locais. Os começados por Abelheiros, Abelhas ou Abelhão registam-se em 65 sítios. Topónimos começados por Enxames existem 15, por Silha identificam-se 20. Os topónimos começados por Muro, que poderão, na maioria dos casos referir-se a "Muros-Apiários", identificámos 98. Por este breve apontamento verificamos como no território português e, apenas constantes no Reportório Toponímico de Portugal, encontramos um

Alexandra Lima, António Nabais, Helena Vicente, Jorge de Oliveira, Jorge Paiva, Maria Ramalho, Maria de Jesus Sanches, Paulo Ramalho e Teresa Soeiro

elevado número de referências ao tema em apreço que se estudadas numa perspectiva espacial poderão revelar as zonas de maior incidência de produção de mel e as que apontam para a provável presença de ursos, se considerarmos que grande parte dos topónimos iniciados por Muro poderão referir-se a estruturas de protecção de colmeias. Já no que se refere a topónimos iniciados por Urso ou Ursa apenas registámos 3 ocorrências. Mas se procurássemos topónimos como Vale da Ursa, Cabeço do Urso, Monte das Colmeias, Chão das Abelhas, onde as palavras Urso, Colmeias ou Abelhas ocorrem em topónimos compostos, seguramente que muitas mais referências encontraríamos e a análise seria muito mais representativa. Poderá esta ser mais uma pista de trabalho que, juntamente com as tradições orais, como a da Porca de Murça, que afinal, pelo menos nas palavras do Padre Costa, não era uma porca, mas sim uma ursa que devorava as colmeias, associadas a investigações arqueológicas mais profundas, nos poderão melhor elucidar sobre a milenar relação entre homens, abelhas e ursos.

Agora com o urso praticamente extinto, com a maioria dos muros-apiários abandonados, e com distribuição algo caótica de colmeias será que, pelo menos, a relação milenar entre abelhas e homens se irá manter inalterável?

Alexandra Lima, António Nabais, Helena Vicente, Jorge de Oliveira, Jorge Paiva, Maria Ramalho, Maria de Jesus Sanches, Paulo Ramalho e Teresa Soeiro

Os "Muros-apiários" e a Flora em Portugal

Jorge Paiva

Biólogo, Centro de Ecologia Funcional. Universidade de Coimbra. jaropa@bot.uc.pt

Sou biólogo de formação, profissionalmente botânico e não arqueólogo, mas não observo a paisagem apenas como biólogo. É evidente que o Património Biológico (a Biodiversidade) é o que mais me preocupa, não só pela sua relevância (sem Biodiversidade não é possível a sobrevivência da Humanidade), como também porque as plantas (a Fitodiversidade) são a base da cadeia alimentar dos animais (a Zoodiversidade), pois os herbívoros alimentam-se de plantas e os carnívoros destes. Mas a preservação do Património Cultural da nossa paisagem, embora não seja relevante para a sobrevivência da espécie humana (conheço gente inculta que sobrevive à custa do que os outros seres vivos lhe dão para se alimentar, curar, vestir, aquecer, etc.), constitui uma das minhas preocupações.

Por isso, gostaria mais de ver classificada como Património Mundial a nossa designada "paisagem de bocage", constituída pelos socalcos dos nossos campos de cultivo (Minho, Trásos-Montes e Alto Douro e Beiras), orlados de arvoredo ou vinhas em latada ou em bardo ou até de vinhas de enforcado, ricos em Biodiversidade (basta estarem rodeados de arvoredo), do que os socalcos das vinhas do vale do rio Douro, de baixíssima Biodiversidade (basta observar essas vinhas sem ervas, após os drásticos tratamentos com herbicidas).

Outro Património Cultural da nossa paisagem que merecia também essa classificação, são os designados prados-de-lima (os lameiros), igualmente plenos de biodiversidade, pois basta estarem sempre irrigados (não há vida sem água). Uma parte do nosso Património Cultural que também faz parte das minhas preocupações, é o nosso Património Arqueológico que,

MUROS, ENTRE AS ABELHAS E OS URSOS.
COMENTÁRIOS, REFLEXÕES E OUTROS CONTRIBUTOS
Alexandra Lima, António Nabais, Helena Vicente, Jorge de Oliveira, Jorge Paiva, Maria Ramalho,
Maria de Jesus Sanches, Paulo Ramalho e Teresa Soeiro

infelizmente, foi muito degradado ao longo dos séculos, como, por exemplo, muitas das mamoas violadas que conheço.



Paisagem de Bocage (Soajo)



Prados de lima (Lamas de Mouro)

Alexandra Lima, António Nabais, Helena Vicente, Jorge de Oliveira, Jorge Paiva, Maria Ramalho, Maria de Jesus Sanches, Paulo Ramalho e Teresa Soeiro

Assim, os "Muros-apiários", constituíram e constituem dos "monumentos" culturais objecto das minhas observações e reflexões.

Foi desta maneira que me certifiquei que os "Muros-apiários" se localizam em espaços abertos, desflorestado e não no interior das nossas florestas nativas: os carvalhais de folhagem caduca das Beiras e do Norte do país e os carvalhais de folhagem persistente (sobreirais e azinhais, não desbastados, como são os actuais) a Sul do Tejo. Isto porque esses espaços são mais ricos em flores de plantas entomófilas (polinizadas por insectos), como são as urzes, tojos, giestas, estevas, rosmaninhos e alecrim, do que nas ditas florestas, onde elas também ocorrem, mas em quantidade diminuta e as árvores dessas florestas são, maioritariamente anemófilas (polinização pelo vento).



Paisagem com plantas entomófilas (urzes, tojos, giestas e carqueja) na Serra Amarela

As referidas plantas (urzes, tojos, giestas, estevas, rosmaninhos e alecrim), que são lenhosas (arbustos e subarbustos) sendo plantas heliófitas (de "helius"= Sol e "phyta"= planta; plantas que "gostam" de Sol), logo que se derrubam as árvores da floresta, como recebem directamente a luz solar, ocupam todo o nicho ecológico, dominando-o, não deixando crescer as árvores e até as

Alexandra Lima, António Nabais, Helena Vicente, Jorge de Oliveira, Jorge Paiva, Maria Ramalho, Maria de Jesus Sanches, Paulo Ramalho e Teresa Soeiro

ervas. Por isso, os pastores tinham (e ainda têm em muitas regiões) o hábito de incendiarem esses ecossistemas, para que a erva crescesse e houvesse pasto para o gado. Ora, todas as nossas urzes, tojos, giestas, estevas, rosmaninhos e alecrim são entomófilas, adaptadas, portanto, à polinização por insectos. Por isso os apicultores gostam mais desses ecossistemas para colocarem as colmeias, daí a razão da localização dos "Muros-apiários" nessas áreas e não nas florestas. Basta atentar para a cor das flores desses ecossistemas, para nos capacitarmos que são plantas entomófilas. As cores vão do amarelo ao roxo. Não temos flores vermelhas nos montes, pois os insectos não vêm o vermelho. Vemos muitas flores brancas (algumas giestas e estevas), mas essas flores têm manchas (exemplo as estevas) ou riscas (exemplo as giestas) de cores que a nossa visão não vislumbra, mas os insectos vêm, pois são capazes de ver cores para além do roxo (ultra-violeta), que nós nunca vamos saber de que cor são. Os insectos vêm a luz ultra-violeta e nós não. Assim, as abelhas, que se orientam pelo Sol, saem das colmeias em dias de céu encoberto ou de nevoeiro, porque elas vêm o Sol e nós não. Por outro lado, as aves vêm o vermelho, por isso, nas regiões do Globo onde existam plantas polinizadas por aves (ornitófilas) predominam, na paisagem, flores vermelhas.

Mesmo nos nossos campos cultivados ou pomares, onde muitas vezes os apicultores colocam colmeias, não temos flores vermelhas. As flores das couves, legumes e hortaliças são amarela ou brancas com riscas violáceas, e as das árvores dos pomares são arroxeadas ou esbranquiçadas com manchas ou riscas violáceas. As plantas de flores vermelhas, como as papoilas foram introduzidas há muitos séculos, por causa do ópio. Por isso só as vemos nos campos cultivados ou marginando-os.

Os "Muros-apiários" não se localizam nos campos de cultivo ou marginando-os, por causa do espaço que ocupam. Colmeias sim, pois estas podem espalhar-se pelos campos ou pomares.

Pode acontecer que, actualmente, alguns dos "Muros-apiários" estejam rodeados de arvoredo ou até no seio de florestas, mas esse arvoredo foi plantado e as florestas são, no geral, "florestas-de-produção", como são os pinhais e os eucaliptais. Pelo que me foi dado observar, sou de opinião que os "Muros-apiários" são edificações que foram construídas de raiz em zonas abertas (urzais, giestais, urzais, rosmaninhais, estevais ou ecossistemas mistos), não florestadas.

Alexandra Lima, António Nabais, Helena Vicente, Jorge de Oliveira, Jorge Paiva, Maria Ramalho, Maria de Jesus Sanches, Paulo Ramalho e Teresa Soeiro

Muros apiários - caligrafias de pedra por entre paisagens desertas

Maria M. B. de Magalhães Ramalho

Arqueóloga. mramalho@igespar.pt







Círculo que na caligrafia japonesa significa Do ou a Via, é o motivo mais popular da arte Zen e representa a totalidade do Universo.

Introdução

Na Carta do ICOMOS de 1999 sobre Património Vernáculo, afirma-se que "o Património Tradicional ou Vernáculo construído é a expressão fundamental da identidade de uma comunidade, das suas relações com o território e, ao mesmo tempo, a expressão da diversidade cultural do mundo".

Alexandra Lima, António Nabais, Helena Vicente, Jorge de Oliveira, Jorge Paiva, Maria Ramalho,

Maria de Jesus Sanches, Paulo Ramalho e Teresa Soeiro

Quando nos finais de Setembro fui convidada a participar no Colóquio "Muros-apiários. Um

património Comum no Sudoeste Europeu", uma organização conjunta do Parque Arqueológico

do Vale do Côa (PAVC) e da Associação de Estudos do Alto Tejo (AEAT), estava longe de

imaginar o interesse cultural e científico que estruturas tão simples como estas têm no contexto

do que hoje se designa vulgarmente como património vernacular.

O conjunto de textos que agora aqui surgem reunidos dá conta, de uma forma pioneira e

exemplar, do valor destes verdadeiros monumentos em pedra, que apenas alguns "iniciados"

conseguem identificar.

Por hoje se encontrarem praticamente esquecidos e representarem verdadeiros símbolos de

tradições também elas em vias de desaparecer, torna-se urgente estudá-los e divulgá-los,

sobretudo numa época em que a sociedade e as políticas patrimoniais em particular, tendem

cada vez mais para uma homogeneização e um enfoque muito pouco estimulante nos

tradicionais modelos de património.

Muros e paisagens

A intervenção em estruturas vernáculas deve ser implementada sempre que respeite e

mantenha a integridade dos conjuntos de edificios e assentamentos, bem como a sua relação

com a paisagem e outras estruturas. (ICOMOS, 1999)

A medida que eram apresentadas as comunicações que resultaram na maioria dos artigos que

agora são publicados, reforçou-se a ideia não só de que os muros apiários são testemunhos

fascinantes de um mundo cada vez mais longínguo, mas sobretudo que possuem um potencial

de estudo importante, sendo capazes de suscitar aproximações tão pouco usuais, se tivermos

em conta a simplicidade das próprias estruturas, entre as ciências naturais e as ciências sociais,

tal como é referido no texto de apresentação desta edição.

Foi muito grato verificar também que muitas vezes é em pequenos Colóquios como este, que

teve ainda o simbolismo de inaugurar o auditório do Museu do Côa, que se criam as condições

ideais para a troca de ideias e sobretudo para o bom relacionamento humano, transformando

estas ocasiões em momentos especiais. Associada à apresentação das comunicações, foi ainda

AÇAFA On Line, nº 3 (2010) Associação de Estudos do Alto Tejo, www.altotejo.org

26

Alexandra Lima, António Nabais, Helena Vicente, Jorge de Oliveira, Jorge Paiva, Maria Ramalho,

Maria de Jesus Sanches, Paulo Ramalho e Teresa Soeiro

criada a possibilidade de todos os participantes visitarem alguns exemplares de muros apiários

existentes no Parque Arqueológico do Vale do Côa, muros estes dados a conhecer pela primeira

vez no exaustivo artigo de Dalila Correia.

Desde logo estas construções impressionam pelas suas dimensões, desenho e texturas, mas

sobretudo pela paisagem que as envolve. A cercania relatada por vários autores destas

estruturas aos afloramentos rochosos de onde se extrai a matéria-prima, zonas com pendentes

acentuadas e boa exposição solar, proximidade também a cursos de água e áreas onde a flora é

especialmente rica, conferem a estes lugares um encanto especial e uma riqueza em termos

ambientais assinalável.

O abandono a que foram votadas estas estruturas acaba por imprimir-lhes um lado de mistério,

um mimetismo quase absoluto com as rochas que afloram em redor, dado que maioria são

construídas em pedra seca ou pobremente argamassada, numa verdadeira simbiose também

com a vegetação que as envolve - árvores e arbustos que vão ocupado o lugar dos cortiços,

líquenes e musgos que dão cor à superfície dos blocos de pedra.

Observados de longe, os muros apiários surgem como traços de uma "caligrafia" por decifrar,

dispostos numa "folha" de território intocado, uma marca de gentes e tradições remotas.

Como acontece noutros casos, é muitas vezes o pequeno, o periférico, o muito próprio, que nos

distingue em termos patrimoniais, talvez não tenhamos os melhores exemplares da arte e da

arquitectura europeia, mas temos certamente inúmeros casos como este de permanência num

território de "outros patrimónios" muitos deles ainda por estudar, descobrir e salvaguardar.

Outra vantagem que possuímos também relativamente a muitos países da Europa, é a

manutenção de alguma memória associada a estes locais, um saber fazer quase a pontos de se

perder, mas que, em alguns casos, ainda é possível recuperar, como é visível, por exemplo, na

região das Serras do Alvão e do Marão, matéria abordada no artigo de António Dinis e Mário

Dinis, ou na Serra de São Mamede, assunto relatado no artigo de Joana Rodrigues e João

Neves.

Pela leitura dos textos, é possível concluir que apesar de algumas diferenças, existe uma grande

semelhança tipológica na maioria dos exemplares estudados, tendo em conta a diversidade das

AÇAFA On Line, nº 3 (2010) Associação de Estudos do Alto Tejo, www.altotejo.org

Alexandra Lima, António Nabais, Helena Vicente, Jorge de Oliveira, Jorge Paiva, Maria Ramalho,

Maria de Jesus Sanches, Paulo Ramalho e Teresa Soeiro

regiões abordadas, sobretudo em termos de implantação na paisagem, materiais e métodos de

construção utilizados. Dentro dos grupos estudados impressionam pela diversidade e beleza de

aparelho construtivo, os muros apiários da região de Castelo Branco.

Um dos dados surpreendentes que este conjunto de artigos nos revela também, é a

impressionante concentração de muros apiários numa só região, como é por exemplo o caso da

Serra de São Mamede onde foram detectados sessenta e oito exemplares e as regiões de

Castelo Branco e Seceda do Caurel (Galiza), sobretudo se pensarmos que apesar dessa

presença tão evidente, raramente foram objecto de estudo, ou mesmo de um olhar mais atento.

De realçar também nesta edição o rigor e o modo exaustivo como foram estudadas todas estas

estruturas, e a importância que teve o facto de existir à partida uma proposta metodológica que

servisse de elo de ligação entre as diferentes equipas de investigação, proposta esta da autoria

da Associação de Estudos do Alto Tejo (AEAT) consubstanciada no projecto "Muros Apiários da

Península Ibérica. O mel e os ursos".

Estudar, salvaguardar e integrar

As alterações efectuadas ao longo do tempo devem ser consideradas como parte integrante do

Património Vernáculo. Por isso, a vinculação de todas as partes de um edifício a um só período

histórico não deverá ser o objectivo dos trabalhos sobre arquitectura vernácula. (ICOMOS, 1999)

Para além da imperiosa necessidade de estudos como os que agora são apresentados, seria

muito interessante também que ao nível da investigação arqueológica fosse possível efectuar

escavações em certos conjuntos de muros apiários, de modo a conhecer e interpretar os

vestígios materiais que ainda possam existir, mas também proceder a uma análise estratigráfica

da própria construção, dado que em muitos deles são visíveis alterações que importa

compreender.

Só partindo do conhecimento profundo da sua história, nomeadamente do seu percurso em

termos arquitectónicos é que será possível desenvolver acções concretas de conservação e

restauro e correspondente valorização em termos culturais.

AÇAFA On Line, nº 3 (2010)
Associação de Estudos do Alto Tejo, www.altotejo.org

28

Alexandra Lima, António Nabais, Helena Vicente, Jorge de Oliveira, Jorge Paiva, Maria Ramalho,

Maria de Jesus Sanches, Paulo Ramalho e Teresa Soeiro

Outra das iniciativas que poderá futuramente vir também a contribuir para a valorização e

divulgação dos muros apiários, é a organização de propostas de classificação de certos

conjuntos como Imóveis de Interesse Público ou Municipal partindo, por exemplo, daqueles que

já foram estudados e, talvez, dos que se encontram integrados em áreas protegidas dado que à

partida usufruem de algum enguadramento em termos de conservação podendo igualmente

aproveitar certos programas de apoio.

O Património Vernáculo não só obedece aos elementos materiais, edifícios, estruturas e

espaços, como também ao modo como é usado e interpretado pela comunidade, assim como as

tradições e expressões intangíveis associadas ao mesmo.

(...)

A conservação do Património Vernáculo deve ser levada a cabo por equipas multidisciplinares

de especialistas que reconheçam a inevitabilidade das mudanças assim como a necessidade do

respeito relativamente à identidade cultural de determinada comunidade. (ICOMOS, 1999)

Apesar de se reconhecer que as acções a empreender num património desta natureza devem

ser levadas a cabo por especialistas, é necessário também que se compreenda a importância

que tem para a sua própria preservação, a ligação às comunidades que lhe deram origem,

mostrando igualmente o contributo que estas estruturas podem ter em termos de

desenvolvimento das regiões.

Um dos exemplos que poderá porventura ser seguido é o "Programa de Recuperação e

Promoção do Património Construído" apresentado no artigo sobre o concelho de Mondim de

Basto por António Dinis e Mário Dinis, onde se procura não só incrementar a fruição deste

património, mas também apoiar uma política de combate à desertificação das aldeias da Serra

do Alvão e do Marão.

Julgo que o objectivo último, tal como é referido em praticamente todos os artigos é que se actue

tendo em vista programas mais vastos de reabilitação que finalmente possam resgatar estas

importantes estruturas da situação de abandono e de destruição a que foram votadas,

Neste âmbito, um dos factores fundamentais a ter em conta é a promoção de acções de

sensibilização, onde se deveria contar sobretudo com o apoio das Câmaras Municipais e Juntas

Alexandra Lima, António Nabais, Helena Vicente, Jorge de Oliveira, Jorge Paiva, Maria Ramalho, Maria de Jesus Sanches, Paulo Ramalho e Teresa Soeiro

de Freguesia de modo não só a fomentar o envolvimento da população em geral mas sobretudo das escolas da região. Por outro lado, através das autarquias seria interessante estudar também a hipótese de incrementar programas de apoio económico no sentido de devolver a estas estruturas os seus antigos usos, numa altura em que cada vez mais se valorizam os produtos regionais e de origem certificada.

Outro dos aspectos a ter em conta seria, por exemplo, a integração dos muros apiários em rotas turísticas, nomeadamente no âmbito do turismo da natureza, com realce para os percursos pedestres. De notar que esta é aliás uma das propostas lançadas no artigo relativo ao conjunto de muros apiários existentes na Serra de São Mamede.

Por último, o que importa de facto destacar é que este património pode revelar-se um ponto de apoio importante numa rede cultural que promova o combate contra a desertificação do interior do país e contra o apagar da memória que, no fundo, são duas faces da mesma realidade.

Alexandra Lima, António Nabais, Helena Vicente, Jorge de Oliveira, Jorge Paiva, Maria Ramalho, Maria de Jesus Sanches, Paulo Ramalho e Teresa Soeiro

O estudo dos muros-apiários na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Pequena notícia.

Maria de Jesus Sanches

Arqueóloga. Professora Associada com Agregação Faculdade de Letras da Universidade do Porto e líder de investigação do Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto (CEAUCP). mjsanches77@gmail.com, msanches@letras.up.pt.

Foi o colega João Caninas que há cerca de 10 anos me chamou a atenção para a existência e importância destas evidências do passado e do presente: os colmeais, muros de abelhas ou muros apiários, tendo-me oferecido na altura uma pequena publicação sobre o assunto.

Afinal, já em 1998 eu tinha fotografado e descrito um interessante e bem conservado "muro" subcircular na freguesia de Jou, concelho de Murça, sobranceiro a uma linha de água e voltado a sul. Era o local da "Cerca dos Mouros", de seu topónimo genérico. Confesso que não vislumbrava qualquer sentido para aquela construção que cumulativamente se situava na base de uma encosta abrupta encimada por um povoado/Cerca, a Cerca dos Mouros de Vale d'Égua, interpretado por Francisco Sande Lemos na sua tese de doutoramento, como um castro romano de carácter mineiro. Identifiquei posteriormente outra construção subcircular, muito destruída pela passagem de uma retro-escavadora e parcialmente coberta de urzes, muito perto daquela primeira, no lugar de Castelo, freguesia de Jou e num local cujo topónimo é "Abelhas". Também a descrevi, mas devido ao mau estado de conservação desta segunda não imaginei sequer poder associar na mesma função ambas as construções de pedra seca, em xisto. Naturalmente não lhe dei nome algum pois não sabia para que servia tal construção. E atribuí esse desconhecimento à minha especialização; afinal sou uma pré-historiadora, na altura ainda pouco habituada a fazer rastreios de campo direccionados para a totalidade dos vestígios do Passado, fosse qual fosse a época.

Alexandra Lima, António Nabais, Helena Vicente, Jorge de Oliveira, Jorge Paiva, Maria Ramalho, Maria de Jesus Sanches, Paulo Ramalho e Teresa Soeiro

Porém, no decurso da conversa com o João Caninas percebi de imediato o óbvio: estávamos a ignorar um património histórico a arqueológico extremamente importante pois é conhecida a importância da cera e do mel nas sociedades pretéritas. Aliás, desde o Neolítico, como o testemunha uma pintura rupestre no Levante espanhol. Troquei depois algumas impressões sobre o assunto com a minha colega Teresa Soeiro, da Faculdade de Letras do Porto, e que se dedica ao estudo de Arqueologia Moderna e Contemporânea. Ela confirmou a importância destas estruturas bem como do empenho colocado pelas sociedades tradicionais neste tipo de construções que afinal, tal como os moinhos, poços, fontes ou lagares, para só nomear algumas, asseguravam a vida. Até me nomeou documentos antigos de Penafiel onde as abelhas eram denominadas de "gado", o que traduz a familiaridade das sociedades tradicionais com um insecto que, pela sua picada, consideramos hoje como "selvagem".

Como na altura o João Caninas denominou estas estruturas de muros apiários, eu acatei aquele nome sem o questionar; é aquele que tenho usado desde então embora saiba que a terminologia se encontra naturalmente em discussão neste tema tão novo e tão aliciante. Localmente, fomos percebendo posteriormente, os nomes podem variar.

E foi assim que desde o ano 2000 os alunos da licenciatura de Arqueologia Faculdade de Letras da Universidade do Porto, no contexto da Unidade curricular de Metodologia de Campo I, que eu leccionei, desenvolveram prospecções em Arqueologia direccionadas para estruturas vernaculares de variados tipos e funções, já abandonadas ou em uso, onde se incluem muros de abelhas, ou muros apiários. Foram identificados em Valpaços, Mirandela e Murça, mostrando que afinal se tratava de construções mais frequentes do que originalmente imagináramos.

Urgia então elaborar uma ficha descritiva adequada a este novo tipo de estruturas arqueológicas. Essa ficha acabou por ser elaborada por Dulcineia Pinto, Antónia Soares (ainda enquanto alunas da licenciatura de Arqueologia) e Margarida Santos Silva (Mestre em Arqueologia) e estas três investigadoras deram início a um programa de registo sistemático, com desenhos de plantas e perfis, mais recolha de informação oral, dos muros apiários do concelho de Vila Real. Com adaptações, esta ficha foi seguida pelos alunos de Metodologia de Campo I pois todos os anos Dulcineia Pinto ia apresentar tal tema numa das aulas desta unidade curricular.

Assim, de 2000 a 2006, mais do que as identificações de campo feitas, que tem a sua importância, é de ressaltar que todos os estudantes de Arqueologia desta Faculdade sabem o

MUROS, ENTRE AS ABELHAS E OS URSOS.
COMENTÁRIOS, REFLEXÕES E OUTROS CONTRIBUTOS
Alexandra Lima, António Nabais, Helena Vicente, Jorge de Oliveira, Jorge Paiva, Maria Ramalho,
Maria de Jesus Sanches, Paulo Ramalho e Teresa Soeiro

que é um muro apiário, estando preparados para o identificar no decurso do exercício da sua profissão de arqueólogos.



Vilarinho da Samardã 1, Vila Real (Dulcineia Pinto, 2000)



Monte do Conde, Vila Real (Dulcineia Pinto, 2000)

AÇAFA On Line, nº 3 (2010) Associação de Estudos do Alto Tejo, www.altotejo.org

Alexandra Lima, António Nabais, Helena Vicente, Jorge de Oliveira, Jorge Paiva, Maria Ramalho, Maria de Jesus Sanches, Paulo Ramalho e Teresa Soeiro

Por motivos variados aquelas autoras não tiveram oportunidade de redigir um texto para este volume. Conteria por certo informação extremamente importante pois no estado inicial das pesquisas em que este tema se encontra todos os contributos ganham um peso superlativo. Aguardamos que brevemente o façam.

Não podia deixar de anotar aqui a ficha descritiva usada naqueles trabalhos pois creio que também deve fazer parte deste momento tão importante que é o "início das pesquisas" dos muros apiários.

Ficha de registo de muros apiários

Localização

Topónimo e/ou Lugar, Concelho

- 1. Curso(s) de Água/Bacia Hidrográfica
- 2.1. Folha da Carta Militar de Portugal (*Data da carta*)
- 2.2. Referência na Carta Militar (informar também se a estrutura está assinalada na cartografia)
- 3. Altitude
- 4. Coordenadas Geográficas ou Hectométricas;
- 5. Exposição (indica-se a orientação do muro, tomando como referência a posição dos socalcos ou a direcção de maior inclinação);
- 6. Posição Topográfica (indica-se se o muro está situado na metade inferior da encosta ou na metade superior);
- 7. Outros dados relativos à localização;

Caracterização

- 8.1 Planta
- 8.2. Aparelho
- 8.3. Grau de Inclinação (da área contida no recinto)

Alexandra Lima, António Nabais, Helena Vicente, Jorge de Oliveira, Jorge Paiva, Maria Ramalho, Maria de Jesus Sanches, Paulo Ramalho e Teresa Soeiro

- 8.4. Diâmetro longitudinal/diâmetro transversal; área total do recinto
- 8.5. Altura. Lados superior/direito /inferior/esquerdo
- 8.6. Tipo de cobertura/beirado
- 9. Porta/Entrada
- 9.1. Orientação
- 9.2. Altura/Largura/Espessura da porta
- 9.3. Porta condenada.
- 9.3.1. Orientação
- 9.3.2. Altura/Largura/Espessura
- 10. Outros aspectos construtivos
- 11. Comentários e bibliografia

Por fim resta-me dar os meus parabéns ao grupo que promoveu o Encontro Científico em Vila Nova de Foz Côa - *Muros-Apiários: Um Património Comum no Sudoeste Europeu* -, onde tive o prazer de estar presente e de me maravilhar com a diversidade de abordagens, na certeza de que aquele debate marcará irredutivelmente a História deste novo tipo de pesquisa arqueológica, histórica e etnológica. Deixo ainda aqui uma nota muito particular de apreço científico à Associação de Estudos do Alto Tejo, Associação que, tanto quanto é do meu conhecimento, foi aquela que iniciou e ajudou a dar os primeiros passos em Portugal ao estudo dos muros apiários, e que a História das Pesquisas deverá sempre lembrar.

Alexandra Lima, António Nabais, Helena Vicente, Jorge de Oliveira, Jorge Paiva, Maria Ramalho, Maria de Jesus Sanches, Paulo Ramalho e Teresa Soeiro

O Piódão no tempo dos ursos ou o mel como narrativa fundadora

Paulo Ramalho

Antropólogo. pf-ramalho@hotmail.com

Naqueles tempos o Piódão era uma ilha de pedra entre montanhas, o início e o fim de um território delimitado – para lá da aldeia ficava o desconhecido. Os caminhos estavam povoados de feras, bandidos, sustos, surpresas, distâncias intransponíveis; os espaços ermos eram cruzados por lobos, ursos, mouras encantadas, almocreves, salteadores. Lenda e realidade misturavam-se; o visto com o ouvido, o sabido com o sonhado - tudo se confundia na mesma narrativa. No seu extremo isolamento, entre as serras do Açor e da Estrela, os piodenses vigiavam com cautela a vastidão do horizonte. O imaginário popular, ao cristalizar essa desconfiança em histórias, assegurava uma centralidade mítica essencial – o Piódão, isolado no alto concelho de Arganil, era o eixo do seu próprio Mundo.

No discurso piodense sobre as origens, o *tempus* histórico começava com o "tempo dos mouros": tudo quanto era, afinal, mais antigo – vestígios da Idade do Bronze ou do Ferro, testemunhos da presença romana – o povo atribuía a esse período mítico, espécie de cadinho primordial ou ano zero simbólico, anterior à ordem revelada pelo cristianismo. Os Mouros tinham poderes ocultos, encantamentos e magias, mas o mais poderoso dos seus dons era, sem dúvida, a capacidade de transformar qualquer objecto em ouro. Estas "histórias de mouros" eram narrativas fundadoras que se situavam na fronteira entre a lenda e o mito. Como Mircea Eliade e Claude Lévi-Strauss assinalaram, os mitos constituem narrativas que contam a história de um começo, a forma como algo de muito importante surgiu: o mundo, o homem, a comunidade. Remetendo o seu passado para um difuso "tempo dos mouros" e associando-o a uma quimérica *idade do ouro*, os habitantes do Piódão davam assim um sentido colectivo à sua existência; fundavam-na numa mítica memória comum.

Alexandra Lima, António Nabais, Helena Vicente, Jorge de Oliveira, Jorge Paiva, Maria Ramalho, Maria de Jesus Sanches, Paulo Ramalho e Teresa Soeiro

Além destas histórias de mouros e mouras encantadas, o discurso piodense sobre as origens

assentava num outro tipo de narrativas míticas, construídas em torno do mel. O mel, articulador

de um discurso simbólico sobre a relação entre Natureza e Cultura, remetia também para um

tempo anterior ao tempo da História, quando a comunidade ainda não conhecia os benefícios da

agricultura e sobrevivia graças à apicultura (símbolo, aqui, de todas as práticas recolectoras e

pastoris). Eis o que diz a lenda sobre a origem da povoação.

A praga das formigas

O povoamento inicial do Piódão começou em Casas Piódão, a alguns quilómetros do local

actual. O sítio era muito soalheiro, o que o tornava ideal para a apicultura, na altura o principal

sustento da população. Esta primeira localização, por ser demasiado quente, revelou-se no

entanto propicia à proliferação de grandes colónias de formigas, que invadiam as colmeias e

estragavam o mel. Tal facto levou os Piodenses a deslocarem a sua aldeia para outro local -

mais frio, menos soalheiro, é certo, mas com a vantagem de estar menos exposto à praga que

Ihes devastava os cortiços.

Quando confrontada com a lenda, a realidade parece corroborar alguns dos factos acima

mencionados. O assentamento primitivo do lugar do Piódão pode, de facto, estar relacionado

com o topónimo Casas Piódão (ou Piódão Velho), onde existem vestígios de um povoado pré-

histórico. Este local soalheiro, situado num monte em esporão, com boa situação defensiva e

excelente visibilidade sobre as montanhas em redor, tinha todas as condições para a prática da

pastorícia e da apicultura, mas em contrapartida, rodeado de solos magros e sem um bom

manancial de água, não reunia as características ideais para a actividade agrícola.

A ser assim, o que a lenda das formigas revela é, por um lado, a esbatida consciência de uma

primeira comunidade pastoril e apícola e, por outro, a necessidade de uma construção mítica em

torno de um outro ano zero comunitário, ligado à introdução da agricultura. A reinstalação da

aldeia celebra a nova ordem depois do caos (as formigas) e introduz a nova Lei, representada

como possibilidade de instituição de um novo espaço de sociedade. Vejamos o que uma história

com ursos pode acrescentar a isso.

AÇAFA On Line, nº 3 (2010)
Associação de Estudos do Alto Tejo, www.altotejo.org

Alexandra Lima, António Nabais, Helena Vicente, Jorge de Oliveira, Jorge Paiva, Maria Ramalho, Maria de Jesus Sanches, Paulo Ramalho e Teresa Soeiro

O urso que gostava de mel

Pedro Lourenço ia da Foz d'Égua para o Piódão quando viu um urso, a roubar-lhe o mel. Gritou-lhe, zangado:

- Oh urso, se te apetece rói os cortiços todos! Vá, farta-te com eles!

O urso ouviu-lhe os berros e, irritado, foi atrás dele.

Pedro Lourenço começou a fugir, mas nem por isso a fera desistiu dos seus intentos. Do outro lado da encosta, pelo caminho fronteiro, ia um homem para o Piódão que, vendo o sucedido, começou a gritar:

- Caminha Pedro Lourenço, que ele já vem na Barroca da Quinta!



Desenho de Nuno Mata in Lendas e Histórias do Piódão, 2004.

Alexandra Lima, António Nabais, Helena Vicente, Jorge de Oliveira, Jorge Paiva, Maria Ramalho, Maria de Jesus Sanches, Paulo Ramalho e Teresa Soeiro

E Pedro Lourenço desatou a correr.

- Caminha Pedro Lourenço, que ele já passou as Valeirinhas!

E Pedro Lourenço continuou a correr.

Caminha Pedro Lourenço, que ele já está na Verdumeira!

E Pedro Lourenço sempre a correr.

No Moinho Velho, sabendo que já não teria tempo de alcançar a aldeia, Lourenço saiu do

caminho e foi enfiar-se num palheiro.

O urso cheirou, cheirou, e depois, como não o achasse, continuou em direcção ao Piódão. Junto

à ponte, já à vista do casario, escutou vozes: era o povo que, avisado, se tinha reunido para o

enfrentar. A fera teve então que fugir para os montes.

Depois disso as pessoas dirigiram-se ao palheiro, onde Pedro Lourenço continuava escondido, e

gritaram-lhe:

- Já podes sair, Pedro, que o urso foi embora!

De novo, quando acareados, realidade e lenda coincidem em alguns pontos essênciais. Em Foz

d'Égua - lugar a cerca de um quilómetro de Casas Piódão – a existência de um bem conservado

muro apiário ("bardo", na designação local), parece confirmar, quer a importância do mel no

povoamento da região, quer a veracidade das histórias sobre ursos que se acoitavam nas

serranias circundantes. E, mais uma vez, o mel - primeiro agente mediador entre a Natureza e a

Cultura - coloca a comunidade (Pedro Lourenço) em perigo, introduzindo a possibilidade de caos

(o urso) no tecido colectivo. O que o herói da história, de forma tão óbvia, faz é recorrer a essa

segurança superior representada pelo Piódão, com os seus terrenos agrícolas e um novo modo

de relação com a natureza. E a fuga dele em direcção à aldeia promove, em conjunto com a

cartografia do território (Barroca da Quinta, Valeirinhas, Verdumeira, Moinho Velho), a

humanização de uma paisagem que se vai tornando - no tempo e no espaço - menos perigosa e

mais domesticada. A nomeação dos sítios é uma narrativa fundadora que os afasta do Mito e

Alexandra Lima, António Nabais, Helena Vicente, Jorge de Oliveira, Jorge Paiva, Maria Ramalho, Maria de Jesus Sanches, Paulo Ramalho e Teresa Soeiro

introduz na História, cumprindo a função social de cimento simbólico da comunidade, em contraponto à Natureza agreste.

Já podes sair Pedro, que o urso se foi de vez embora, para o tempo mítico dos ursos e das mouras encantadas!

Alexandra Lima, António Nabais, Helena Vicente, Jorge de Oliveira, Jorge Paiva, Maria Ramalho, Maria de Jesus Sanches, Paulo Ramalho e Teresa Soeiro

Um novo fôlego na investigação sobre a apicultura histórica

Teresa Soeiro

Professora associada do Departamento de Ciências e Técnicas do Património Faculdade de Letras da Universidade do Porto / CITCEM. nop34657@mail.telepac.pt

Dez anos decorridos sobre a divulgação do projecto «*Muros-apiários da Península Ibérica*. O *mel e os ursos*», pudemos verificar neste Colóquio, realizado no novo Museu do Côa, o quanto se avançou no conhecimento de um património edificado até ali quase ignorado.

É certo que nós vemos sobretudo o que conhecemos. Assim, a chamada de atenção para os muros-apiários, que em Portugal partiu da Associação de Estudos do Alto Tejo (ver art. Francisco Henriques e outros) alertou diversos investigadores para esta realidade, ao lado da qual tantos já teriam passado sem a identificar, ou sequer se interrogarem. Mas será também justo calibrar este sucesso compreendendo que cada vez mais os arqueólogos e outros agentes do património estão abertos a registar e estudar bens edificados e móveis que antes teriam desprezado por lhes faltar o selo da *excelência* ou da *antiguidade*.

Com base no projecto e na sua ficha de caracterização para o trabalho de campo tornou-se acessível comparar detalhadamente algumas centenas de muros-apiários portugueses com os de uma ampla área que por ora se estende das montanhas do Entre-Douro-e-Minho e Galiza à Grécia, do Norte do Mediterrâneo ao Magreb, trazidos a esta reunião pela importante contribuição de colegas europeus. Parecem mostrar uma solução partilhada para diversos constrangimentos postos a um objectivo comum, a criação controlada de abelhas para obtenção do mel e da cera, produtos tão importantes no quotidiano das sociedades pré-industriais.

A cartografia desta presença será por certo enriquecida em anos vindouros com novas aportações, à medida que a comunidade se sinta mobilizada. Mas aqui, penso, o desafio devia

Alexandra Lima, António Nabais, Helena Vicente, Jorge de Oliveira, Jorge Paiva, Maria Ramalho, Maria de Jesus Sanches, Paulo Ramalho e Teresa Soeiro

ser alargado, multiplicado pelos investigadores e técnicos do património de diferentes unidades de paisagem, para se conseguir um resultado significativo, não só mais do mesmo (o que também é bem-vindo), mas alternativas sincrónicas, como estruturas de protecção mais limitadas (p. ex. as de perímetro incompleto que, como alguns abrigos naturais, são úteis contra o vento mas ineficazes perante predadores), ou mesmo o reconhecimento de regiões em que as colmeias estiveram integradas na mancha agrícola (em bordaduras, pilheiros, lajes salientes de muros de armação do terreno, etc.), ou junto das habitações e respectivas construções adjectivas. E, já agora, a verificação se nas áreas onde existem os muros estão excluídas ou não outras possibilidades. Ganharíamos assim uma maior capacidade crítica para discutir se os vazios que continuarem a existir no mapa dos muros-apiários correspondem a lacunas da investigação ou à opção por outras estratégias na apicultura.

Uma outra difícil questão debatida pelos vários autores que apresentaram comunicações no Colóquio é a da cronologia de construção e de utilização a atribuir aos muros-apiários. Para Portugal, as referências mais antigas detectadas recuam ao início do século XVI, em que alguns já estariam funcionais. Não nos parece lícito, porém, extrapolar a partir de notícias pontuais, por importantes que sejam, uma construção generalizada destes muros, tanto mais que a impressão obtida na análise de outras componentes do edificado não urbano, ao menos para as regiões do Norte, apontaria para uma cronologia um a dois séculos posterior, em que ocorre a consolidação da ocupação do espaço agro-pastoril e é incrementada a petrificação das estruturas.

Lembremos que os muros-apiários inventariados nas diferentes intervenções representariam, na larga maioria dos casos, investimento avultado para qualquer proprietário rural e, por isso, pouco acessível. Mas agora que a questão está colocada e os investigadores despertados para a busca de informação, ela surgirá certamente, no campo e entre a imensa documentação, tão pouco explorada, sobre propriedade, sua transacção e tributação.

Minimamente conhecidas as estruturas murárias e a sua envolvente natural, seria talvez oportuno solicitar dos promotores deste projecto mais um esforço, uma reorientação, que coloque em segundo plano a *gula* do urso e a substitua pela do homem, construtor e consumidor, já que o esforço de levantar os muros não teria sido contra, mas para obter mel e cera.

Alexandra Lima, António Nabais, Helena Vicente, Jorge de Oliveira, Jorge Paiva, Maria Ramalho, Maria de Jesus Sanches, Paulo Ramalho e Teresa Soeiro



Apiário da Banduja em Rio Mau (Penafiel), de um dos divulgadores do mobilismo, 1ª metade do séc. XX

Os ouvintes das comunicações ficaram certamente, como eu própria, com o apetite aberto para um segundo momento em que se discutisse como se realizava a apicultura nos muros-apiários, quais os ciclos anuais, as rotinas e inovações, os resultados alcançados, se ela excluía outras formas de criação de abelhas, mais reduzidas e económicas, se constituía um obstáculo à transumância documentada em outros lugares, e tantas outras perguntas. Nas imagens projectadas pudemos ver que algumas destas estruturas ainda são utilizadas, seja pela apicultura tradicional ou com colmeias móveis, a que vários distritos do interior do país aderiram tarde. Que memórias e saberes guardam os apicultores das antigas e novas práticas?

Um outro filão, que me parece grandemente por explorar em Portugal, ainda que já o tenha sido parcialmente na Galiza e, sobretudo, nas Astúrias e Leão, será o dos circuitos de consumo, transformação e comercialização do mel e da cera. Ao olhar para os inventários apresentados, com grandes densidades de muros-apiários em regiões de escassez populacional seja qual for a cronologia considerada, a reflexão, como mencionaram alguns autores, é imediata: quando e para onde se escoavam as produções, quais os circuitos e agentes, que retorno obtinham os apicultores... E poderíamos continuar até a questionarmo-nos sobre se estes valores seriam suficientes para justificar o investimento na edificação dos muros, ponto de partida para uma

Alexandra Lima, António Nabais, Helena Vicente, Jorge de Oliveira, Jorge Paiva, Maria Ramalho, Maria de Jesus Sanches, Paulo Ramalho e Teresa Soeiro

fileira de negócio regulamentado e taxado que teve âmbito inter-regional e mesmo internacional. Porque entravam nas categorias de comércio e de indústria, estas actividades subsequentes à produção teriam gerado mais edificado e mais documentação escrita, de grande utilidade para a compreensão global do fenómeno.

Continuemos a investigar.